

CEAS: A RESISTÊNCIA DE SETORES DA IGREJA CATÓLICA DURANTE O REGIME MILITAR NA BAHIA

Grimaldo Carneiro Zachariadhes*

RESUMO: *O presente trabalho pretende analisar a resistência do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) ao regime militar na Bahia. Esta instituição foi fundada pela companhia de Jesus, em 1967, para ser um espaço de estudo, reflexão e reunião de pessoas que não concordavam com os rumos do país. Formado por um grupo de jesuítas, leigos e militantes de Esquerda o CEAS abrigou em sua sede inúmeras reuniões de suma importância como o Movimento pela Anistia e o Movimento pelas Diretas-Já na Bahia. Este trabalho vai utilizar principalmente os Cadernos do CEAS que são uma revista bimestral que surgiram como um instrumento de reflexão, a partir da Igreja, sobre a necessidade de se manter uma análise lúcida da realidade nacional, além de vincular os protestos que não tinham outro lugar para ecoar por causa da censura aos meios de comunicação.*

Palavras-Chave: Igreja Católica; Ditadura militar; Resistência.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho, que é fruto parcial de minhas pesquisas no mestrado em História da UFBA, é estudar como foi a resistência da chamada Esquerda católica durante o regime militar na Bahia. O enfoque é mais precisamente sobre o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, uma instituição ligada à companhia de Jesus, que foi fundada em 1967, para dar “uma resposta, mesmo que pequena, ao regime ditatorial que se instalou a partir da década de 60 aqui no Brasil” (REIS, 2001, p.11). Formado por um grupo de jesuítas, além de leigos e militantes de movimento de Esquerda o CEAS caracterizou-se como uma instituição não-confessional, abrigando pessoas de diversos credos, todos inspirados pela idéia de resistência e transformação.

Utilizarei como fontes principais os Cadernos do CEAS, uma revista que começou a ser publicada, a partir de março de 1969, para ser um instrumento de reflexão, de interpretação das mudanças pelas quais passava o Brasil e principalmente o Nordeste, naquele momento histórico. Além, é claro, de ser um ponto de reação ao regime ditatorial que governava o Brasil desde 1964, vinculando os protestos que não tinham outro lugar para ressoar por causa da censura, como os documentos *Eu ouvi os clamores do meu povo* dos bispos do Nordeste e *Marginalização de um povo* dos bispos do Centro-Oeste em que ambos atacavam a ditadura e ambos estavam proibidos de serem publicados.

O CEAS: A ESCOLHA DE UM OUTRO CAMINHO

O CEAS é fruto das transformações que a Igreja Católica em todo o mundo passou durante o século XX e teve seu ponto alto na eleição de João XXIII (1958-63) e no Concílio do Vaticano II (1962-65). Esse Concílio redirecionou o caminho da Igreja Católica, tornando-a mais ecumênica e integrando-a ao mundo contemporâneo. A eleição do Papa João XXIII foi o

* Mestrando em História Social, FFCH – UFBA; grima@ufba.br. Orientador: Professor Dr. Evergton Sales Souza.

coroamento da parte da Igreja Católica mais progressista, e isso teve conseqüências importantes para os católicos da América Latina, em particular do Brasil, e para o surgimento da chamada *Igreja popular* na década de 70 e 80 do século passado. Como disse o Padre José Oscar Beozzo: “João XXIII, e de modo particular o Concílio foram para a Igreja do Brasil como se águas longamente represadas se houvessem soltado, correndo livremente, abrindo e aprofundando o próprio leito” (BEOZZO, 1993, p.11).

É um novo modo de a Igreja lidar com a realidade, o Concílio *trouxe* a Igreja Católica ao século XX; a partir dele, a missa deixou de ser celebrada em latim para ser celebrada na língua vernácula de cada país; os padres passaram a celebrar as missas de frente para os fiéis, usando músicas locais nas celebrações; os fiéis começaram a participar mais das missas, deixando de ser apenas mero espectadores e passaram também ao papel de protagonistas. Mas as mudanças não ficaram restritas à liturgia. Foi autorizado pelo Papa o movimento de padres-operários que já existia em alguns países; foi dada mais autonomia aos bispos em suas dioceses, estimulado a aproximação do clero com os pobres. Foi nesse contexto que foi pensada a IIª CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana) em Medellín, berço da chamada Teologia da Libertação, onde foi ratificada a *opção preferencial pelos pobres*.

Nesse período de transformações pela qual passava a Igreja, foi que nasceu o CEAS, em 1967, durante o regime militar no Brasil. Como a Igreja em geral, a Companhia de Jesus em toda a América Latina passava por transformações em sua atitude em relação à realidade latino-americana. A partir da década de 60, começou a incentivar a criação de centros sociais pelo continente. Alguns jesuítas que trabalhavam principalmente em movimentos da Ação Católica decidiram reunir-se periodicamente para uma reflexão comum e foi desse grupo, com apoio de outros religiosos e de representantes da Esquerda, que nasceu o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com a função de elaborar e adaptar a doutrina social cristã de forma que respondesse a realidade brasileira, em especial a do Nordeste.

O CEAS, além de ser uma instituição de reflexão, é uma instituição pastoral, de transformação. E, até hoje, é uma instituição que se firma como não-confessional e abriga pessoas de diferentes crenças e igrejas e até agnósticos. O Centro Social é o principal representante da Teologia da Libertação na Bahia. A Teologia da Libertação é um movimento que surgiu na Igreja católica latino-americana, a partir dos anos 60, e que fez uma nova interpretação dos evangelhos a partir dos problemas sociais do continente. Foi a primeira teologia histórica a nascer no terceiro mundo, por isso sempre esteve muito ‘atenada’ com os problemas da população latino-americana de miséria e exploração. Propõe uma religião voltada para a transformação e não aceitação da realidade, por isso mesmo vai se preocupar com questões sócias-políticas. Como escreveu Leonardo Boff: “Proclamaram a Igreja dos pobres e com os pobres” (BOFF, 1996, p.9).

A partir da década de 70, ocorreu uma maior aproximação com grupos ativos da classe média, apoiando movimentos como o da *Anistia* e das *Diretas-já*. Também não se pode esquecer da participação na criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra, além do ISPAC - Centro de Formação para Agentes Pastorais na Bahia. Iniciou-se um maior contato com as bases, apoiando certos instrumentos de mobilização como sindicatos, associações de trabalhadores e de bairros, além de iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais. Mas esse contato com as bases tem que sempre levar em conta que os pobres são os responsáveis por sua libertação e não precisam de um partido ou intelectuais que decidam por eles. Como bem afirmou Paulo Cezar Lisboa, ao explicar os objetivos do CEAS, no encontro das obras sociais da Companhia de Jesus, em Salvador:

Investimos mais tempo e recursos no que chamamos de **trabalho direto**, (...) acompanhar as populações nos lugares onde moram, através de visitas às

famílias e atividades de encaminhamento coletivo de resolução de problemas. Aprender também, junto às pessoas humildes, a melhor maneira de contribuir para o seu crescimento.

Não se tem uma proposta ou modelo definido de atuar na sociedade, mas seja qual for o projeto de atuação, tem que sempre levar em conta a participação crítica e autônoma do povo. (Caderno do CEAS nº 143, 1993, pp 61-62).

O CADERNO DO CEAS ROMPENDO OS ANOS DE CHUMBO

O CEAS se confunde com os seus *Cadernos* que surgiram pela necessidade de se ter uma análise lúcida da realidade, a partir da Igreja, em época de difícil acesso às informações por causa da censura. Os cadernos do CEAS refletem a própria instituição e seus objetivos, são fruto das transformações ocorridas em setores do clero brasileiro e sua clara opção pelos pobres. Nasceram da Ação Católica e, por terem surgido no período do regime militar, foram orientados contra o regime autoritário, utilizando como armas, as forças das idéias. É importante frisar que o *Centro Social* nunca aprovou a luta armada como saída à ditadura militar, procurando defender sempre a volta ao regime democrático.

No caderno do CEAS, sempre ocorreu a participação dos leigos que contribuíram com as ciências sociais. Os *Cadernos* sempre se mantiveram abertos aos intelectuais marxistas ou a outras correntes sócias-políticas, como bem observou o Professor José Crisóstomo: “Creio que a revista foi, durante todo esse tempo, (...) uma grande experiência de sincretismo baiano, um corredor, um canal de comunicação e diálogo entre setores de inspirações diversas que tem importância na formação de uma cultura política no Brasil” (Caderno do CEAS nº150, 1994, p.18). E foi esse ‘sincretismo’ que deu ao CEAS e seus *Cadernos* uma maior aceitação nas Esquerdas.

Durante o regime militar, os *Cadernos* levaram dados, denúncias e uma outra maneira de entender a realidade nacional (diferente da imagem imposta pelos militares), e isso ocorria quando a grande imprensa estava censurada. Logo em seu primeiro número, o Caderno do CEAS transcrevia um documento da CNBB criticando o Ato Institucional número cinco (AI-5) e afirmando que: “Nosso ardente desejo, traduzido em apelo a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da Nação, é que se leve a termo, quanto possível, a redemocratização do regime”. (Caderno do CEAS nº1, 1969, p.5).

Os *Cadernos* serviram para romper a censura imposta pelos militares e representou uma chama viva contra o endurecimento político; serviu de denúncia contra as prisões, torturas e violência, brigando diretamente contra a ditadura. Serviam para denunciar as arbitrariedades dos militares, como no caso da prisão e condenação do Padre Jentel a 10 anos de prisão por atuar em área de conflito entre os grandes proprietários de terra e os posseiros, apoiando, em favor desses últimos. Está transcrito um artigo de D. Pedro Casaldáliga que afirma que “depois de quase ano meio de farsa processual” e pedia “A todos quanto nos acompanham com sua amizade e com sua oração pedimos que nos ajudem a dar graças, porque acreditamos sinceramente que são bem aventurados aqueles que sofrem perseguição por causa da justiça” (Caderno do CEAS nº 26, 1973, pp 55-64).

Agora, é necessário que se saliente que os *Cadernos* do CEAS têm uma tiragem pequena, pois a sua linguagem não é popular e trata os assuntos de uma forma mais acadêmica, ficando, então, mais restrito aos intelectuais estudantes universitários, professores e alguns grupos de profissionais liberais; talvez, seja também uma das explicações para que o *Centro Social* nunca tenha sofrido uma invasão pelo regime (mas, isso não quer dizer que os integrantes do CEAS não tenham sofrido repressão por parte dos militares). Porém, esse grupo que pode não ser tão

extenso, é formador de opinião e tem uma grande influência e representação junto à sociedade civil. E isso certamente desagradava os militares.

E o maior conflito que o grupo do CEAS teve com o regime militar por causa dos seus cadernos foi a edição de número 27, de outubro de 1973, que foi apreendida nos correios pela Polícia Federal. Os *Cadernos* sempre foram todo pensado na sede do CEAS, em Salvador, porém, eles eram e ainda são editados em São Paulo, pela editora Loyola, chegando à capital baiana pelos correios. Mas, a edição de número 27, intitulada *Uma Igreja a caminho do povo*, foi retida pela polícia federal ainda nos correios não chegando ao seu destino final. O que tinha nessa edição que fez a repressão tomar tal atitude extremada?

Ela reproduzia na íntegra os manifestos *Eu ouvi os clamores do meu povo*, documento dos bispos do Nordeste e *Marginalização de um povo*, documento dos bispos do Centro-Oeste; além de um pronunciamento de D.Paulo Evaristo Arns, feito em 5 de maio de 1973. Foi um exemplo claro de afronta aos militares feito pelo CEAS. No seu livro *A Censura Política na Imprensa brasileira, 1968-78*, Paolo Marconi cita algumas proibições feitas pela Polícia Federal à imprensa no ano de 1973; em uma delas estava sentenciada: “fica terminantemente proibida qualquer divulgação por imprensa falada, escrita ou televisada (sic) do manifesto dos Bispos nordestinos ou de referência ao mesmo, intitulado ‘Eu ouvi os Clamores do Meu povo’” (MARCONI, 1980, p.254).

O documento estava proibido de ser citado por qualquer tipo de imprensa, mas, mesmo assim, o CEAS publicou por inteiro, junto com o *Marginalização de um povo*, também proibido. Não deixava de ser também um ato de enorme coragem dos membros do *Centro Social*. É necessário lembrar que se estava sobre o governo do General Emílio Garrastazu Médici, considerado como o período mais duro do regime militar pelos pesquisadores os *Anos de chumbo*. Mas o que expressava esses documentos que perturbavam tanto os militares? Eles eram um protesto feroz contra a ditadura, o *Eu ouvi os clamores do meu povo*, “o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964” (ALVES, 1978, p.299) esbravejava:

A inviolabilidade do lar, o habeas Corpus, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. **O terrorismo oficial** (grifo meu) instituiu o controle através da espionagem interna e da policia secreta recorrendo com freqüência à tortura e ao assassinato (Caderno do CEAS nº 27, 1973, p.50).

Não havia mais o que esconder, estava bem claro para alguns bispos do Nordeste que assinaram os documentos junto com o vice-provincial dos jesuítas e o abade do mosteiro de São Bento, ambos da Bahia, que o Brasil estava sendo governado por ‘terroristas oficiais’ que utilizavam os meios mais desumanos, como torturas e assassinatos, para continuarem controlando a situação. O documento *Marginalização de um povo* dos bispos do centro-oeste fazia uma análise do contexto social e econômico de seu povo (principalmente da zona rural) no período histórico em que viviam e propunham que a solução, para que se acabasse com os conflitos e a miséria na zona rural, era uma “verdadeira” reforma agrária e avisavam:

Uma ‘reforma agrária’ que não mexe na posse das propriedades não é verdadeira. É só remendo. (...) É preciso que ela seja rápida, global e profunda. É preciso que ela vença o latifúndio. Eu em vez dele, se organize outro modo de posse da terra (...) precisamos vencer a propriedade particular da terra,

chegando a um modo socializado da terra (Caderno do CEAS nº 27, 1973, pp. 23-24).

No ano de 1973, o movimento estudantil já estava sufocado, os movimentos sociais abafados, a imprensa e as artes amordaçadas pela censura, os partidos políticos que existiam (ARENA e MDB) controlados, e as últimas resistências armadas sendo desarticuladas e seus integrantes mortos ou presos. E foi nesse contexto que a oposição do clero católico se tornou cada vez mais importante. No Brasil, e particularmente na Bahia, nenhum movimento político-social de Esquerda ou de reivindicações democráticas de grande repercussão ocorreu sem a participação e/ou proteção de setores da Igreja Católica. Esses setores do clero católico acabaram se tornando uma das poucas vozes ativas em defesa dos direitos humanos dentro do Brasil e, entre eles, o CEAS e seus *Cadernos* tiveram uma atuação de destaque na Bahia e no Nordeste.

O CEAS E O MARXISMO

O CEAS foi influenciado pelo marxismo, assim como foram certos setores da Esquerda católica, reinterpretando-o de acordo com a sua visão cristã. Já em seu caderno de número sete, de julho de 1970, intitulado *Marx, Cristianismo, Luta de classes*; era transcrito o texto do jesuíta italiano Oswald Von Nell, que afirmava que Marx ensinou aos cristãos que “as estruturas sociais concretas não devem ser aceitas assim como se apresentam, como se fossem estruturas naturais; estas não são (...) categorias ‘eternas’ elas, muito mais do que um ‘dado’, são um problema” (Caderno do CEAS nº 7, 1970, p.9).

Segundo o sociólogo brasileiro Michael Löwy (2000, pp.121-123), os teólogos da Libertação utilizaram o marxismo para responder aos problemas do seu tempo, reformulando-o de acordo com sua concepção religiosa e também de sua experiência social, adaptando-o a sua realidade latino-americana, pois o marxismo, além de ser uma ciência social, baseia-se em uma opção de conhecimento da realidade, mas para transformá-la. Então, o marxismo parecia oferecer as explicações mais coerentes sobre as causas da pobreza e, principalmente, era a única proposta suficientemente radical para aboli-la. E, também carrega em si uma utopia futura de libertação dos trabalhadores, ou seja, dos pobres, dos excluídos.

Um dos textos publicado no caderno do CEAS que mais causou impacto político na Bahia estava no Caderno 37, *Que faria São Tomás de Aquino diante de Karl Marx?* de Dom Hélder Câmara. Era a descrição da palestra que o Arcebispo fez na Universidade de Chicago pela comemoração do sétimo centenário da morte de São Tomás de Aquino. Esse texto é bem representativo do pensamento do CEAS em seu diálogo com o marxismo. Ele começava o texto (para desespero dos mais ortodoxos) afirmando que a primeira vista era bem difícil de entender e aceitar que, em pleno século XX, nos Estados Unidos, a Universidade de Chicago gastasse seu tempo para comemorar o 7º Centenário da Morte de S. Tomás de Aquino.

Então, ele propunha que a Igreja norte-americana procurasse interpretar um pensador contemporâneo, Karl Marx. E aos que poderiam se negar a fazê-lo, pois ele era “materialista, ateu militante, agitador, subversivo, anticristão”, ele avisava que, quando um homem “empolga milhões de criaturas humanas (...) e faz poderosos da terra tremer de ódio e de medo, este homem merece que o estudemos, como certamente o estudaria quem enfrentou Aristóteles e dele soube destacar tudo o que havia de certo” (Caderno do CEAS nº 37, 1975, p.53).

O autor destacou que, apesar de o pensamento e prática marxista assustarem os cristãos, eles (o pensamento e prática marxista) devem ser entendidos e não abandonados. Marx, em seu propósito de levar o homem a sua libertação, incitou a superar as alienações, entre as quais, estava a religião. E, Dom Hélder reconhece que tradicionalmente a religião sempre esteve ao

lado dos opressores, embriagando o homem com esperanças extraterrenas. Então, o autor, ao propor um diálogo com os marxistas, a quem, como um bom cristão, chama de irmão, ele avisa:

Deveríamos cobrar amavelmente, aos Irmãos marxistas, mais respeito à realidade. Se é tristemente verdade que, no passado, a Religião se apresentou e não raro ainda hoje, se apresenta como força alienada e alienante (...) grupos que longe de aceitar a religião como alienação, buscam a viver e fazer viver a religião como força de libertação para os oprimidos e como pressão moral libertadora (...) Este dado real obriga, aos que não interpretam Marx como dogma, a assumir posição inteiramente nova diante da religião (Caderno do CEAS nº 37, 1975, p.56).

Então, o arcebispo de Olinda e Recife propôs que se começasse logo o diálogo entre os cristãos e os marxistas na Igreja norte-americana (como já estava ocorrendo em certos setores do clero católico na América latina), pois, mesmo com certas divergências de visões da realidade, de concepções da existência, porém, no final, eles tinham um mesmo objetivo que era a libertação (ou emancipação) do povo, existia um ideal de mudança, de luta contra os poderosos.

CONCLUSÃO

Falar do CEAS e dos seus *Cadernos* é falar da resistência de uma parte da Igreja Católica baiana, que é fruto de um período de mudanças no próprio interior da instituição, principalmente após o Concílio do Vaticano II, que vai começar a tomar o lado das classes oprimidas, os excluídos, renegando o seu passado de apoio às elites. E como no Brasil vigorava um período obscuro, resultado de um regime ditatorial que restringia os direitos dos cidadãos, o CEAS vai ser um ponto de resistência ao governo militar e seus *Cadernos* um espaço de defesa dos direitos humanos, de divulgação de documentos proibidos pela censura e de análise da realidade nacional diferente daquela imposta pela propaganda oficial.

O Centro Social não nasceu nem pretende ser uma instituição assistencialista, mas sim uma instituição que, através da conscientização das bases, possa com elas conseguir sua libertação; o CEAS acredita e estimula as ações das próprias comunidades, pois tem consciência que são as bases que devem conseguir a sua libertação. O CEAS foi e, ainda é, um centro a serviço do fortalecimento dos movimentos populares. Luta por uma mudança social efetiva e tem a consciência de que essa mudança nunca será um presente oferecido pelos que estão no poder e sim uma conquista do próprio povo. E o povo não precisa de um comando, de um messias, pois são eles os engenheiros de suas histórias. Então, estudar o CEAS é, na verdade, estudar uma parcela da sociedade que sempre esteve na oposição e que, com o apoio da parte da Igreja e intelectuais de esquerda, acredita que ainda é possível fazer um mundo mais justo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de JOÃO XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Caderno do CEAS, Salvador; número 1, março 1969.

Caderno do CEAS, Salvador; número 7, julho 1970.

Caderno do CEAS, Salvador; número 26, agosto 1973.

Caderno do CEAS, Salvador; número 27, outubro 1973.

Caderno do CEAS, Salvador; número 37, maio /junho 1975.

Caderno do CEAS, Salvador; número 143, janeiro / fevereiro 1993.

Caderno do CEAS, Salvador; número 150, março / abril 1994 1993.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses. Religião e Política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa brasileira 1968-78*. São Paulo: Global Editora, 1980.

REIS, Marivalda Dantas dos. *Estudo de Caso: CEAS - Centro de Estudos e Ação Social*. Monografia (Especialização em Administração) – Escola de Administração da UFBA, Salvador, 2001.